

O “GRUPO DO ONOFRE”: GUERRILHA VENCIDA SOB AS ASAS DO CONDOR

YURI ROSA DE CARVALHO

Mestrando em História pela UFSM, bolsista REUNI/CAPES.
Endereço Eletrônico: yuri.rc@gmail.com

DIORGE ALCENO KONRAD

Professor Doutor Adjunto do PPG e do Departamento de História da UFSM, Doutor em História Social do Trabalho pela UNICAMP, Orientador. Endereço Eletrônico: gdkonrad@uol.com.br

1. INTRODUÇÃO

No presente artigo, iremos analisar o chamado “Grupo do Onofre”, cinco brasileiros exilados e um argentino que, em 1974, inseridos em um intenso processo de autocritica da esquerda e sua estratégia revolucionária de luta armada, decidiram retomar os planos de guerrilha camponesa no Brasil, e acabaram por cair nas redes da repressão ditatorial. Repressão que, em nome da Doutrina de Segurança Nacional, não só perseguia, espionava e monitorava brasileiros em outros países, como os atraía para armadilhas, exterminando-os.

Apesar da chamada Operação Condor, aliança político-militar firmada entre Chile, Argentina, Paraguai, Uruguai, Bolívia e Brasil, ter sido criada apenas em fins de 1975, diversas outras ações antirrevolucionárias articuladas entre forças militares repressoras destes países aconteceram.

A história por trás do assassinato e desaparecimento de Joel José de Carvalho, Daniel José de Carvalho, Victor Ramos, Enrique Ruggia, José Lavéchia e Onofre Pinto é um destes exemplos de perseguição, cooperação e emboscada em nível internacional, envolvendo diretamente três países do Cone Sul, na chamada “guerra contrainsurgente”.

Em nome do combate ao inimigo interno, operando dentro da lógica da “Guerra Fria”, pessoas foram presas, expulsas do País, caçadas no exílio. Vendo seus sonhos e projetos se estilhaçarem conforme as ditaduras iam se espalhando sobre a América do Sul, se tornaram vulneráveis às infiltrações de agentes da repressão e às emboscadas por estes preparadas.

Direitos humanos internacionalmente defendidos desde o Holocausto da Segunda Guerra Mundial foram colocados de lado, e um modelo que aliava inteligência militar e tortura, assassinatos e desaparecimentos ia tomando forma, servindo como o germe que fez nascer a Operação Condor.

2. Conexões Repressivas no Pré-Condor

As origens da guerra contrainsurgente que pautou a Doutrina de Segurança Nacional

(DSN) começaram a ser estabelecidas a partir do processo de descolonização que se seguiu depois da Segunda Guerra Mundial. Foi na Guerra de Independência da Indochina e da Argélia, nos anos 40 e 50 do século XX, que as forças de ocupação francesas começaram a delinear um sistema de inteligência militar e repressão que garantisse os interesses capitalistas do país nessas regiões. Nascia, assim, a chamada “guerra suja”.

Tomando forma com a “Guerra Fria”, na luta contra a ameaça que o comunismo representava, a “guerra suja” foi elevada a outro patamar com a Guerra do Vietnã, nos anos 1960. Os Estados Unidos, na tentativa de manter a hegemonia do seu bloco capitalista, invadiu o Vietnã esperando derrotar os vietnamitas do Norte, aliados da China e da União Soviética (URSS). Mesmo com o uso de armas químicas e praticamente nenhum respeito às Convenções de Genebra para com os prisioneiros, as forças repressoras estadunidenses foram expulsas do país.

Na politicamente instável América Latina dos anos 1950, a deposição da ditadura de Fulgencio Batista, em Cuba, por um movimento revolucionário liderado por Fidel Castro, Ernesto “Che” Guevara e outros, em 1959, tornando-se mais tarde o primeiro país socialista do Continente, teve grande impacto ideológico. Os Estados Unidos (EUA) não mais vacilariam na defesa da sua esfera de influência política e comercial na região.

Assim, principalmente a partir da chama *Escola das Américas*, no Panamá, milhares de militares do Continente americano passaram a ser treinados ideologicamente e taticamente na guerra contrainsurgente. Enrique Padrós ajuda a entender na formação destes militares

Nesse sentido, a Escola das Américas no Panamá e outras unidades de treinamento e instrução em técnicas de luta antiguerrilha, interrogatório e inteligência, entre outras, foram fundamentais para formar gerações de militares e policiais latino-americanos dentro das diretrizes doutrinárias da DSN (2010: 53)

Começava, assim, a “guerra suja” na América Latina contra as esquerdas e forças políticas progressistas com diferentes clivagens, tanto nacionalistas, como socialistas, anarquistas e, principalmente, comunistas se tornaram alvos a serem eliminados. Todos aqueles que poderiam de alguma maneira propor um projeto alternativo que não aquele imposto pelo líder do bloco capitalista, os EUA.

Na década de 1960, os governos estadunidenses passaram a fomentar as oposições políticas que se alinhavam ideologicamente, apoiada pelas classes proprietárias dependente de sua economia, incitando a derrubada de governos independentes pelo sub-Continente sul-americano. Ditaduras começavam a brotar pelo Cone Sul, como explica melhor a passagem abaixo:

Depois do Brasil (e do Paraguai de Stroessner), foi a vez da Argentina (1966), Bolívia (1966 e 1971), Uruguai e Chile (1973) e Argentina (novamente, em 1976). Em todos os casos se instalaram ditaduras civil-militares (em menor ou maior medida) baseadas na Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e tendo como principais características um anticomunismo militante, a identificação do *inimigo interno*, a execução da guerra interna (*contrainsurreição*), a imposição do papel político das Forças Armadas e a definição de *fronteiras ideológicas*. Evidentemente que há questões particulares que marcam a especificidade de cada caso. Mas, de forma geral, os novos regimes defendiam a desmobilização e despolitização da sociedade, bem como impuseram programas econômicos desnacionalizadores, privatistas, de abertura ao capital internacional (oferecendo *vantagens comparativas* às empresas multinacionais) e concentradores de riqueza (PADRÓS, 2010: 52).

O Golpe Civil-Militar que instaurou uma Ditadura Civil-Militar de Segurança Nacional no Brasil, derrubando o progressista governo do trabalhista João Goulart, democraticamente eleito, foi fundamental para impor o modelo de desenvolvimento conservador, mantendo o *status quo* socioeconômico do período. Outrossim, o papel da Ditadura no Brasil para a

geopolítica na região, foi fundamental para o sucesso do desencadeamento de ditaduras similares.

Foi no Brasil que as técnicas de repressão antiguerrilha foram aplicadas e aperfeiçoadas, servindo de modelo de exportação para outros países do Cone Sul. Um ano antes do Golpe ser deflagrado, o agente e especialista em interrogatórios do Serviço de Segurança Pública dos EUA, Dan Mitrione, esteve no Brasil para treinar militares e policiais, sendo estimados que mais de 100 mil agentes tenham sido instruídos nas técnicas de tortura, uma das bases da “guerra suja” (CUNHA, 2012).

Absorvidos os preceitos repressivos da DSN, e adicionado o conhecimento nacional pré-existente de violência policial, o combate contra o “inimigo interno” operou sobre diferentes lógicas, se relacionando dinamicamente de maneira dialética com a resistência que se levantou.

Até fins de 1968, a “ameaça interna” deveria ser extirpada, mas até certo ponto evidenciada, legitimando os golpistas no poder. Por isso, a repressão se abateu de forma devastadora nas lideranças políticas, sindicais e estudantis. Oficialmente 58 pessoas foram mortas nesse período. Como na famosa queda do Congresso Nacional da União Nacional dos Estudantes (UNE), em Ibiúna, por exemplo, onde as maiores lideranças do movimento estudantil do Brasil foram presas, mas não eliminadas.

A correlação de forças no período fazia necessário justificar a presença dos golpistas e a legitimar seu discurso contra a subversão, apresentando os resultados. Entretanto esse quadro se alteraria.

Durante o ano de 1968, várias manifestações populares, como as passeatas estudantis, de mais de 100 mil pessoas, ou as grandes greves operárias de Contagem e Osasco, demonstravam que os movimentos populares reorganizavam suas estratégias de resistência, se organizando na luta contra a Ditadura.

É contra essa reorganização popular da resistência que o Ato Institucional N° 5 (AI-5) é decretado. Suspendendo as liberdades civis e cerceando o direito de reunião dos cidadãos, a Ditadura praticamente tornava inviáveis estratégias populares de resistência como passeatas e greves.

Deste modo, dois fenômenos ocorrem em consequência do AI-5. De um lado, é que, naquele novo contexto repressivo, não havia mais a necessidade de se legitimar pela subversão existente, mas sim justificar por outros meios, como economicamente, controlando a inflação e começando o chamado “milagre econômico”. Assim, tornava-se mais interessante para a Ditadura Brasileira mostrar um país “limpo”, “higienizado” politicamente e pronto para o desenvolvimento. De outro lado, ocorreu o que Jacob Gorender chama de imersão geral à luta armada (1999: 167), pois sem perspectivas em outros tipos estratégicos de resistência, a luta revolucionária acabava se tornando um catalisador para os opositores político sociais da Ditadura

As organizações guerrilheiras passaram a crescer e realizar cada vez mais ações expropriatórias no sentido de lançar as bases da luta revolucionária no campo e, em um primeiro momento, levaram ampla vantagem em cima das forças repressoras.

Entretanto, os guerrilheiros brasileiros não estavam preparados para o que estava por vir. Fundamentados na “guerra suja”, a repressão se complexificara, aliando inteligência e eliminação com financiamento empresarial, atuando de forma clandestina, fora das leis impostas pelos próprios golpistas. A Operação Bandeirantes (OBAN), criada em 1969, aliava a experiência do Esquadrão da Morte do delegado do Departamento do Estado de Ordem Social (DEOPS), Sérgio Fleury, com a inteligência militar do II Exército, financiados por capitalistas como o Grupo Ultragaz, Ford, entre outros.

A partir do da experiência da OBAN, foi criado o Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), em 1970, já sob o comando do II Exército, tendo a frente o então major Carlos Brilhante Ustra. As práticas

repressivas, então, se tornaram explicitamente voltadas para o extermínio.

Houve, a partir dali, uma escalada vertiginosa no número de vítimas oficiais. Se em 1969 foram 24 vítimas, em 1970, o número sobe para 35. Em 1971, as vítimas saltaram para o número de 52, e continuou a aumentar para 68, em 1972, atingindo o pico em 1973, com 73 vítimas. Em 1974, o número caiu um pouco, para 53 e, em 1975, as vítimas não passaram oficialmente de 14, o que demonstra o esgotamento da luta armada como estratégia de resistência válida par ao período (CARVALHO, 2010: 62).

Além disso, outro dado sinistro emerge dessa constatação. O número de desaparecidos com relação ao número de mortos também cresceu durante estes anos de intensa repressão, disparando até 1974. Se em 1969 apenas 8% das vítimas eram desaparecidas, em 1970, esse número aumentou para 20%. Em 1971, passou a ser 33% e, no ano seguinte já foram 38%. Em 1973, mais da metade, 53%, foram mortos, enquanto que, em 1974, são impressionantes 94%. Já em 1975, o número caiu pra 64% (Idem: 64). Nos outros anos, o número de desaparecidos se tornou novamente menor do que o de mortos.

O Brasil foi o palco da aplicação em larga escala da “guerra suja” contrainsurgente, baseada na DSN e no aperfeiçoamento do modelo repressivo que influenciou e foi exportado para outros países do Cone Sul. As torturas, os “voos da morte”, o extermínio de guerrilheiros e os desaparecimentos foram técnicas experimentadas e mais tarde passadas adiante para as outras forças repressivas, mesmo antes de Ditaduras de Segurança Nacional lá se instalarem, em uma promíscua relação entre forças armadas, polícias e grupos paramilitares clandestinos. Para Cunha,

O envolvimento de efetivos regulares da segurança com as práticas bandoleiras de grupos assassinos explica, de alguma forma, a leniência e depois a conivência com o crime por parte de corporações historicamente fundadas na lei e na ordem. O Esquadrão da Morte, em países como Brasil, Argentina e Uruguai, contaminou o Exército. O Exército perdeu os limites com a obsessão da guerra antissubversiva. A luta contra a guerrilha transbordou as fronteiras da lei e exacerbou a violência. A virulência clandestina e sem controle do esquadrão empolgou o Exército. O Exército apodreceu com o Esquadrão da Morte. O esquadrão confundiu-se com o Exército, o Exército virou um esquadrão (2012).

Dentro da lógica da DSN, a luta contrainsurgente deveria ser combatida aonde a ameaça revolucionária estivesse. A partir disso, todos aqueles se exilavam eram potencialmente uma ameaça, e, portanto, deveriam ser vigiados, controlados, e se possível, eliminados.

Assim sendo, o Brasil passou a encarar os limites territoriais como “fronteiras ideológicas”, como indicam Marçal e Padrós:

Diante da ameaça de subversão interna, as fronteiras políticas, nacionais e territoriais deviam subordinar-se ao princípio das “fronteiras ideológicas”; quer dizer, aquelas que deviam registrar a separação entre territórios ameaçados pela contaminação “subversiva” e comunista. Ou seja, diante da ameaça subversiva, as fronteiras de outros países não podiam funcionar como barreira de proteção para uma oposição organizada a partir do exílio. Portanto, significava que não devia haver limites de jurisdição nacional para perseguir os que eram identificados como “inimigos internos”. Com o passar do tempo e o advento dos regimes autoritários na região, tal interpretação tornar-se-ia generalizada entre os sistemas de segurança, tornando-se uma pré-condição para a configuração do esquema Condor (2010: 36).

Além disso, as “fronteiras ideológicas” serviam para a Ditadura pressionar os vizinhos para servir aos seus interesses. E quando a democracia começou a ruir na região, na década de 1970, o Brasil teve papel preponderante no sucesso de instauração dos golpes civis-militares nesses países, além de servi-los com o modelo de repressão já testado.

O delegado Fleury esteve presente, pelo menos, no Uruguai em 1971, havendo também

rumores de que esteve na Argentina, antes do golpe de 1976, além do Chile, logo após o Golpe, liderado por Pinochet, torturando brasileiros presos no Estádio Nacional. Cunha corrobora esta afirmação:

O brasileiro Sérgio Fleury, delegado do DOPS, era internacionalmente conhecido como líder do clandestino Esquadrão da Morte, de onde importou métodos de combate ao crime comum para uso na repressão política. Seis meses antes do golpe de junho de 1973, o embaixador americano em Montevidéu, Charles Wallace Adair Jr., avisou Washington que oficiais da alta hierarquia militar do Uruguai foram treinados no final de 1971 pelo Brasil para combater a insurgência. Um dos treinadores brasileiro levados aos aprendizes de Mitrione era o experiente Fleury (2012).

Além disso, já foi confirmada a informação sobre a “Operação Trinta Horas”, quando mais uma vez se percebe a pressão exercida pelo Brasil sobre a instável democracia uruguaia, como nos mostram Marçal e Padrós:

A mesma consistiu na preparação de um plano de invasão do Uruguai (provavelmente a pedido dos setores vinculados a Pacheco Areco), caso se confirmasse a vitória da Frente Ampla no processo eleitoral de 1971, o que, efetivamente, não ocorreu. Em tese, trinta horas era o tempo considerado necessário para ter o controle sobre os pontos estratégicos do Uruguai, inclusive da própria capital. Embora conhecido e negado na época, o operativo foi revelado a partir do cruzamento de testemunhos militares posteriores, com documentos desclassificados pelos Estados Unidos. O Rio Grande do Sul era a base territorial estratégica da qual seriam catapultadas as forças de ataque. Em síntese, pelo grau de informação que se tem atualmente, pode-se afirmar que a invasão brasileira, se tivesse ocorrido, consistiria em uma espécie de “Operação Limpeza” no Uruguai contra a esquerda daquele país. Sabe-se hoje que os Estados Unidos e a Argentina avalizavam a intervenção, pois, uma vez concluída a eliminação política dos setores “subversivos”, a força invasora se retiraria e o governo voltaria às mãos dos setores conservadores locais. O fato da cúpula militar ter cogitado a possibilidade dessa ação atesta o quão forte era a pretensão de inserção geopolítica dos militares brasileiros no Cone Sul (2010: 45).

O Chile também despertava atenção especial da Ditadura Brasileira, principalmente depois do socialista Salvador Allende ser democraticamente eleito, em 1970. Implantando profundas reformas sociais, o país de Allende se tornava a “Meca” dos exilados políticos brasileiros, e por isso um lugar específico de atuação da repressão brasileira.

O momento era de instabilidade emocional, quando intrigas e desconfianças imperavam entre os grupos de esquerda lá exilados, tornando o ambiente ideal para infiltrações militares. O objetivo dessas ações era atrair o máximo de militantes de volta para o Brasil, a fim de eliminá-los.

Foi no Chile que o famigerado Cabo Anselmo conseguiu dinheiro e autorização de Onofre Pinto, então líder da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), apesar de todas as denúncias que já havia contra ele. De Santiago, o Cabo Anselmo partiu para Recife, no Brasil, onde foi responsável pela emboscada de seis guerrilheiros que acabaram barbaramente torturados e assassinados em 1973, inclusive sua companheira, Soledad Barrett Viedma (PALMAR, 2005: 28).

A Ditadura Brasileira não agiu apenas em relação aos brasileiros exilados no Chile. Documentos secretos do Itamaraty revelaram que já se sabia um mês antes que um golpe era tramado contra Allende (PASSOS, 2012); depois que Pinochet liderou a usurpação do poder, o ditador brasileiro em exercício, Emílio Garrastazu Médici, clandestinamente mandou armas para o colega chileno garantir o sucesso em terras andinas da guerra anti-insurgente. Para Gama,

Documentos secretos produzidos pelo extinto Estado-Maior das Forças Armadas (Emfa) durante a ditadura militar revelam que o governo brasileiro forneceu armamentos militares ao Chile para a repressão interna no regime do general Augusto Pinochet (1973-1990). Um acordo articulado no governo do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) e executado durante os primeiros anos do governo de Ernesto Geisel (1974-1979) repassou à ditadura chilena milhares de fuzis, espingardas, cartuchos de munição, carregadores e outros equipamentos bélicos, como “material destinado à manutenção da ordem interna” (2012).

A dinâmica das conexões repressivas no Cone Sul iam se estreitando. Conforme aumentava o número de Ditaduras de Segurança Nacional na região, aumentava a troca de informações, a troca de experiência; as fronteiras se tornavam quase “invisíveis”, havendo importante conveniência com o trânsito de agentes nos diferentes países. O ovo que gerava o Condor começava a rachar, como esclarece Padrós.

No ano de 1974, a Argentina era a última democracia ainda vigente no Cone Sul e, como tal, albergava comunidades de exilados dos países da região. As ditaduras vizinhas mostraram-se preocupadas com a proliferação de mobilizações e atos políticos promovidos pelos exilados. Sendo assim, solicitaram a colaboração das autoridades locais para eliminar tais focos. Nesse momento, já se ventilavam propostas para ampliar qualitativamente a colaboração regional já existente. Solicitava-se permissão para infiltrar agentes nas embaixadas e conectá-los aos órgãos de segurança locais, estabelecendo uma rede de inteligência para processamento e divulgação de toda informação colhida. Da mesma forma, solicitava-se imunidade para os agentes que atravessassem fronteiras cumprindo funções anti-subversivas (2010: 57).

Em 1974, o Brasil atingia o pico da luta contrainsurgente. Como já dito, foi o ano onde houve um número quase absoluto de desaparecidos, principalmente pelo combate à Guerrilha do Araguaia, organizada por militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). No País, a estratégia da luta armada expirava, e quase a totalidade das organizações encontrava-se em avançado estágio de desintegração: não haviam conseguido fazer frente ao Terror de Estado e sua “guerra suja”.

No mesmo ano, era realizado um encontro com representantes de diversos países, inclusive supostamente democráticos, como a Argentina, procurando coordenar a luta contra a “ameaça subversiva” no Cone Sul. Este quadro é contextualizado por Cunha:

Quase dois anos antes da formalização da Condor, os seis países da região fizeram uma reunião secreta em Buenos Aires, em fevereiro de 1974. O ‘Seminário de Polícia sobre a Luta Antisubversiva no Cone Sul’ reunia os chefes da Polícia Federal, alguns deles oficiais do Exército — casos do Brasil, Argentina e Paraguai. Acertaram “novas formas de colaboração transnacional para confrontar a ameaça subversiva”, conforme o general Miguel Angel Iñiguez, chefe da Polícia Federal argentina, anunciando a decisão final de operações conjuntas “contra inimigos políticos em qualquer dos países associados” (2012).

Dois anos antes do Golpe que colocou a Junta Militar no poder, liderado pelo General Jorge Videla, forças repressivas argentinas se reuniam em Buenos Aires, juntamente com países ditatoriais, para discutir a luta contrainsurgente na região.

1974 também é um ano emblemático em outro sentido. Neste mesmo ano, na fronteira do Paraná, um grupo de seis pessoas foi assassinado, em uma emboscada preparada por forças repressivas brasileiras, numa ação que envolveu pelo menos três países, e a provável cooperação de militares/policiais destas respectivas nações.

O chamado “Grupo do Onofre” é um caso que bem exemplifica este período, imediatamente anterior a formalização da Operação Condor, sendo também vítimas das conexões repressivas entre forças militares do Cone Sul.

3. O "GRUPO DO ONOFRE": VIGILÂNCIA, INFILTRAÇÃO, ASSASSINATO e DESAPARECIMENTO

Em Santiago do Chile, a esquerda exilada discutia os rumos da luta guerrilheira no Brasil. Em 1971, a VPR enfrentava um intenso processo de autocritica, resultando num processo autofágico que colocaria um fim na organização. No Brasil, a VPR praticamente havia sido destruída.

Três grupos se formavam, e expressavam basicamente as opções que a esquerda se defrontava: o primeiro grupo era formado pelos apoiadores de Ângelo Pezzuti, defendendo o fim da luta armada no Brasil, por acreditarem que já não havia mais condições para a mesma, além da realização de um Congresso da VPR; o segundo grupo era formado por militantes que recém haviam chegado do treinamento guerrilheiro em Cuba, chamando a realização do Congresso, mas, por sua vez, eram favoráveis a continuidade da luta armada; por fim, o grupo de apoiadores de Onofre Pinto, o líder da VPR de então, o qual defendia a volta imediata ao Brasil para a continuidade da luta armada, não havendo necessidade de realização de um Congresso (PALMAR, 2005: 27).

Após o episódio do massacre dos seis militantes da VPR, no começo de 1973, em Recife, a certeza da infiltração de Cabo Anselmo se tornou clara, caindo como uma bomba entre os exilados no Chile. Com isso, Onofre Pinto caía em desgraça: não só apoiou o Cabo Anselmo, como teria lhe dado 50 mil dólares na implantação da pretensa base guerrilheira de Recife.

Tomado pela vergonha, Onofre Pinto deixou o Chile e a VPR se extinguiu em julho de 1973 (Idem: 37). Assim, deixava de existir uma das mais importantes e combativas organizações guerrilheiras brasileiras.

No evento do Golpe de 11 de setembro de 1973, que iniciou a Ditadura Chilena, vários brasileiros ainda se exilavam no país. Quatro daqueles que em menos de um ano cairia numa emboscada, no Oeste paranaense, se encontravam por lá.

Daniel e Joel Carvalho faziam parte de uma família de operários e guerrilheiros. Além deles, Derly José de Carvalho, o mais velho, era membro fundador da Direção Nacional Provisória da Ala Vermelha do PCdoB, cisão do PCdoB, criada em 1967, Jairo havia também participado da Ala, até sua queda, em 1969. Todos se encontravam no Chile, por terem sido libertados em troca do sequestro do embaixador suíço Giovani Enrico Bucher, em 1971.

O único dos irmãos que até então havia sido assassinado era Devanir José de Carvalho, membro do chamado Grupo Especial Nacional da Ala Vermelha, que organizou um racha, do qual, mais tarde, se organizou o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT). O MRT foi uma pequena, mas intensa organização guerrilheira, uma das mais atuantes no biênio 1970-1971, articulando com outros grupos a chamada Frente Armada, realizando uma série de ações expropriatória e de agitação e propaganda, além do sequestro do Cônsul japonês no Brasil, Nobuo Ozuchi, trocado por cinco guerrilheiros presos. Em abril de 1971, Devanir foi emboscado e preso, sendo mais tarde assassinado; em represália, o empresário e financiador da OBAN, Henning Boilesen, foi "justiçado" por um comando do MRT e da Ação Libertadora Nacional (ALN), que levava seu nome.

Além de Joel e Daniel, Victor Ramos havia atuado em várias organizações no Brasil, até ser preso em 1967, por participação na Organização Revolucionária Marxista Política Operária (POLOP). Em 1969, dada a contínua perseguição política, foi ilegalmente para o Uruguai, e mais tarde para o Chile. José Lavecchia era militante da VPR no Brasil, tendo participado do treinamento de guerrilha no Vale do Paraíba, junto com Carlos Lamarca e outros; a ação foi descoberta pela repressão e Lavecchia acabou sendo preso, em maio de 1970, sendo trocado no mesmo pelo embaixador alemão Ludwig Von Holleben, indo então para a Argélia e de lá para Cuba. Depois de concluído o treinamento na ilha socialista, rumou para o Chile para se encontrar com o que havia restado da VPR (COMISSÃO de

Família dos Mortos e Desaparecidos Políticos, 2009: 585).

No dia 11 de setembro de 1973, as forças militares golpistas lideradas por Augusto Pinochet derrubaram o governo socialista e democraticamente eleito de Salvador Allende, colocando por terra não só as aspirações dos movimentos sociais chilenos, mas também solapando ainda mais as esperanças dos guerrilheiros brasileiros que lá se encontravam.

A maior parte deles acabou por, literalmente, invadir a embaixada argentina, em busca de refúgio diplomático. A Argentina era então o único país ainda democrático do Cone Sul, mesmo que num quadro de aprofundamento interno de repressão.

Assim, a maioria dos exilados passou um primeiro momento vivendo no Hotel Cecil, em Buenos Aires, que a UNESCO, órgão ligado à ONU que cuidava de assuntos ligados a direitos humanos, mantinha para este fim. Mais tarde, os brasileiros refugiados começaram a ir para outras províncias ou deixar o país para lugares da Europa; a instabilidade política argentina não era nada reconfortante.

Joel foi convidado pelo diretor do campus dos cursos de Veterinária e Agronomia da Universidade a viver ali, na província de San Pedro, perto de Buenos Aires. Lá teria ficado amigo de Enrique Ruggia, estudante de veterinária, com quem passou a ser bastante próximo; o simbolismo do guerrilheiro exilado mexia no imaginário do estudante argentino e, provavelmente, da esquerda latina; “tocar Joel era tocar em Che Guevara”, relatou sua irmã (PALMAR, 2005: 74).

Entretanto, a situação psicológica dos exilados era bastante frágil. Expectativas revolucionárias e perspectivas sonhadas iam se deteriorando frente ao fechamento político da região, com as Ditaduras de Segurança Nacional. A fé antes inabalável na luta armada ia naquele momento ficando cada vez mais escassa.

João Carlos Bona Garcia, ex-militante da VPR, em depoimento a Aluizio Palmar, sintetizava os sentimentos compartilhados entre os exilados naquele período: “Depois de toda aquela tensão na embaixada quando chegamos a Buenos Aires nossos nervos estavam em frangalhos. O golpe no Chile desmontou nossa perspectiva política e projetos pessoais” (2005: 201).

Isto posto, talvez nos seja mais fácil entender como o Sargento Alberi, que de nome renomado entre a esquerda, pela ação de tomada da cidade de Três Passos, no Rio Grande do Sul, em 1965, passou a trabalhar como agente infiltrado da Ditadura, conseguindo convencer guerrilheiros exilados a voltar ao Brasil para a retomada da luta armada.

Estava em andamento a Operação Juriti, iniciada quando ainda residiam no Chile. Comandada pelos coronéis José Brandt Teixeira e Paulo Magalhães, tinha como objetivo atrair exilados brasileiros de volta ao território nacional e eliminá-los. O extermínio ficaria sob responsabilidade do major Sebastião Rodrigues Curió, um dos principais nomes envolvidos na repressão ao Araguaia (PALMAR, 2005: 217).

Na Argentina, Alberi procurou primeiro Onofre Pinto, militar nacionalista que havia optado pela luta armada no pós-1964 e ajudado a fundar a VPR, sendo preso no início de 1969 e libertado no mesmo ano, em troca do embaixador estadunidense Charles Elbrick, indo para o México, depois fazendo treinamento de guerrilha em Cuba, prosseguindo para o Chile com o resto da VPR. Agora na Argentina, Onofre buscava recuperar seu nome, manchado pela chacina promovida pelo Cabo Anselmo, com seu aval. A possibilidade de criar um novo foco guerrilheiro no Brasil, que Alberi lhe prometia, traria sua redenção; para ele, a luta armada talvez não estivesse acabada.

Assim, Onofre Pinto começou a organizar um grupo pequeno de pessoas, dentro da lógica de vanguarda e de foco guerrilheiro, que pudesse se instalar na base de Alberi e começar a luta armada. Aluizio Palmar e Bona Garcia foram procurados, mas desconfiaram das intenções de Alberi e não aderiram ao grupo, o que provavelmente lhes salvou a vida.

O mesmo não ocorreu com Joel e Daniel Carvalho, Victor Ramos e José Lavecchia. Todos viram em Alberi uma oportunidade, talvez a última de derrubar a Ditadura no Brasil

e construir o socialismo. De última hora, o argentino Enrique Ruggia deixou de lado sua terra natal para lutar por uma causa internacionalista, tal qual fez seu compatriota Ernesto “Che” Guevara.

Quando saíram da Argentina, provavelmente em 11 de julho de 1974, rumo a emboscada que lhes ceifaria a vida, as Forças Armadas brasileiras já os tinha sob vigilância. Contando com provável cooperação argentina, um documento datado de 14 de junho de 1974, emitido pelo Centro de Informação do Exército (CIE) no Brasil, noticiava que, de acordo com informe recebido, Onofre Pinto e um grupo “subversivo” estariam para entrar no país (Idem: 65).

O “grupo de Onofre” saiu da Argentina rumo à fronteira com o Brasil, em direção à Posadas, onde se encontraram com Alberi. Cruzaram a fronteira por Santo Antônio do Sudoeste, de lá rumando para o sítio do tio de Alberi, perto de Boa Vista do Capanema, o qual seria usado na ilusória infra-estrutura guerrilheira. Assim, encontraram-se com Otávio, membro do CIE, outro agente infiltrado, mas que, para os guerrilheiros, era apresentado como um contato de Alberi na região (Idem: 217).

No anoitecer de 13 de julho, Alberi juntou os guerrilheiros com o objetivo de realizar a primeira ação expropriatória do grupo, um assalto a banco na cidade de Medianeira, ficando apenas Onofre no sítio, pois seria demasiadamente reconhecível, frente sua histórica participação na luta armada (Idem: 218).

Depois de cruzar de balsa um rio que corta o lugar, Daniel, Joel, Enrique, Víctor e Lavéchia entraram acompanhados dos agentes da repressão Alberi e Otávio, na Estrada do Colono, onde encontrariam a morte, conforme narra Aluizio Palmar:

Assim que a balsa atracou na margem direita do Iguazu, eles entraram na Rural [Wyllis]. Otávio deu a partida no motor e o carro subiu a lomba, para em seguida seguir pela estreita e sinuosa Estrada do Colono. Com exceção de alguns raios de luz que de vez em quando cruzavam a mata fechada, a escuridão era total. Depois de rodar quase seis quilômetros, a Rural fez uma curva fechada e entrou num picadão à direita que dava acesso à clareira. “Chegamos companheiros”, disse Alberi enquanto descia do veículo. O grupo caminhou um pouco e de repente, antes de chegar à clareira, fez-se no meio do mato um clarão e fuzilaria abundante. Otávio ficou junto ao carro, Alberi correu e se jogou no solo, Lavéchia deu um tiro a esmo antes de cair. Após o tiroteio a floresta foi tomada pelo silêncio, apenas interrompido pelo barulho dos coturnos dos militares do grupo de extermínio que saíam de seus esconderijos para fazer um balanço da chacina (Idem: 221).

Na volta, Onofre Pinto foi preso, e, a princípio, lhe foi ofertado também trocar de lado e trabalhar a favor da Ditadura (Idem: 229); talvez, pela sua negativa, ou pelo comando militar achar que não havia mais serventia para ele, Onofre foi assassinado, e assim como os outros, seus restos mortais se encontram ainda desaparecidos até os dias de hoje.

4. Conclusão

O “Grupo do Onofre”, como ficou conhecido as seis pessoas que morreram em uma emboscada preparada pelos agentes do Estado brasileiro, reflete muitos aspectos do período.

De um lado, demonstra a crescente espiral do terrorismo de Estado que se abatia sobre a América Latina. As Ditaduras de Segurança Nacional iam fazendo sua “guerra suja” contra a “ameaça subversiva”, em uma dinâmica repressiva que desconhecia fronteiras políticas; as conexões entre forças policiais e militares no Cone Sul iam se estreitando e o germe do Condor ia crescendo.

Demonstra, também, o papel preponderante que a Ditadura Civil-Militar e de Segurança Nacional Brasileira teve na formulação e aperfeiçoamento de um modelo de inteligência militar e repressão que, mesmo baseados e ensinados por estadunidenses e franceses, foi aqui elevado a outro patamar, e mais tarde exportado para as ditaduras vizinhas.

Este modelo de espionagem, vigilância, controle, infiltração, sequestro, tortura, assassinato e desaparecimento foi, por sua vez, ensinado e passado adiante pelo Cone Sul. Quando atingiu seu máximo grau de racionalidade e, ao mesmo tempo, crueldade, a luta armada no Brasil já se esgotava, diferente dos países vizinhos, onde esse *know-how* de extermínio político foi utilizado desde o início dos sucessivos golpes pela região. Talvez, por isso, explique o acentuado número de vítimas nos países vizinhos em relação ao nosso.

De outro lado, o “Grupo do Onofre” exemplifica bem as contradições do processo de luta armada no Brasil. Eram socioeconomicamente diversos, de diferentes classes e segmentos sociais; assim como vinham de regiões diferentes do País, contando com a simpatia de alguns estrangeiros; eram etnicamente diferentes, tinham sotaques plurais. Mas todos lutavam por uma mesma causa, um Brasil livre.

Estas seis pessoas, ainda desaparecidas, são um exemplo do que foi a esquerda naquele período. Faziam parte de movimentos sociais quando mergulharam de cabeça na estratégia de luta armada, participando de diversas organizações guerrilheiras com diferentes clivagens teórico-ideológicas e, entre acertos e erros de suas estratégias, não conseguiram combater uma repressão nunca antes vista, que não conhecia limites e no fim procurava apenas apagar suas existências da História.

A maioria reviu seus conceitos, suas estratégias, perceberam um esgotamento da luta armada, mas houve aqueles que a vontade de lutar e resistir eram tão imensas que se lançaram contra uma Ditadura e toda sua força, tal qual Quixote contra os moinhos de vento, parecia inútil, mas que valia toda a pena do mundo.

No fim, resta o que Luiz Cláudio Cunha bem sintetizou:

Um “desaparecido” era uma dúvida, quem sabe um equívoco, talvez uma fatalidade, sempre um mistério que não incriminava ninguém e absolvía a todos – com exceção dos familiares da vítima, condenados ao desespero, subjugados pelo luto iminente, esmagados pela dor incessante. Um “desaparecido” só levantava suspeitas e mais perguntas, sem a garantia de certezas ou possíveis respostas. O “desaparecido” disseminava o medo. Do medo brotava o terror – e novas palavras (2012).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, Yuri Rosa de. *A classe operária e a resistência armada à Ditadura Militar-Civil (1964-1985)*. 2010. 93f. Monografia – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

COMISSÃO de Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos. *Dossiê Ditadura Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil 1964-1985*. 2 ed. São Paulo: Comissão de Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos/Instituto de Estudos Sobre a Violência de Estado/Imprensa Oficial, 2009.

CUNHA, Luiz Cláudio. As garras do Brasil na Operação Condor. In: *Sul 21*. Porto Alegre, 2012. Disponível em: < <http://sul21.com.br/jornal/2012/07/as-garras-do-brasil-na-operacao-condor/>>. Acesso em: 20 ago. 2012

GAMA, Júnia. Governo brasileiro forneceu armas para regime de Pinochet no Chile. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 01 jul. 2012. Disponível em: < <http://www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/conteudo.phtml?tl=1&id=1270689&tit=Governo-brasileiro-forneceu-armas-para-regime-de-Pinochet-no-Chile>> Acesso em: 20 ago. 2012

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 5. ed., revisada e ampliada. São Paulo: Ed. Ática, 1999.

MARÇAL, Fábio Azambuja; PADRÓS, Enrique Serra. Introdução – O Rio Grande do Sul no cenário

da coordenação repressiva de Segurança Nacional In: PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa Albertinence; FERNANDES, Ananda Simões (orgs). *Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. 2. ed., revista e ampliada. Vol. 3. Porto Alegre: Corag, 2010.

PADRÓS, Enrique Serra. Conexão repressiva internacional: o Rio Grande do Sul e o Brasil na rota do Condor In: PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa Albertinence; FERNANDES, Ananda Simões (orgs). *Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. 2. ed., revisada e ampliada. Vol. 3. Porto Alegre : Corag, 2010.

PALMAR, Aluizio. *Onde foi que vocês enterram nossos mortos*. 2 ed. Curitiba: Travessa dos Editores, 2005

PASSOS, N. Ditadura Brasileira soube do Golpe contra Allende um mês antes. *Carta Maior*, Brasília, 16 jul. 2012. Disponível em: < http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=20577. Acesso em: 29 ago. 2012.